



Alencar Monteiro

Cabral acata emenda majoritária pelos cinco anos mas se mantém a favor dos 4 quatro anos

Cabral acata emenda Iensen. Mas é contra

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Somente depois de encerrado o prazo regimental, ontem à noite, é que os constituintes tiveram acesso ao parecer completo do deputado Bernardo Cabral sobre as 2.023 emendas apresentadas ao projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. Pelo grande número de adesões que recebeu, a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), estabelecendo cinco anos de mandato para o presidente Sarney, foi acatada. Mesmo assim, o relator optou pelos quatro anos, como está no projeto da Sistematização, justificando coerência, "com a posição tomada e o voto proferido no plenário da comissão".

Inicialmente, Cabral distribuiu, apenas para os líderes partidários, um "resumão" de seu relatório sobre as emendas coletivas. Das dez propostas apresentadas pelo Centrão, ele acatou completamente apenas o preâmbulo, elaborado pelo deputado Aluísio Campos (PMDB-PB). Para o deputado Gastone Righi (PTB-SP), também ligado ao grupo, o parecer "em nada contribui para ajudar aos constituintes".

As emendas do Centrão, que alteraram todo o projeto original com dez propostas substitutivas em separado, Bernardo Cabral não se preocupou em dar pareceres. Apenas relacionou, em cada título, os artigos aos quais foi contra ou a favor. Segundo Gastone Righi, não caberia ao relator, nessa fase dos trabalhos, rejeitar ou aprovar parte de emendas substitutivas. Pela prioridade que as emendas têm regimentalmente, bastaria o relator dar parecer favorável, sem emitir opiniões pessoais.

Bernardo Cabral fez questão, porém, de dar parecer e explicar sua posição sobre 18 emendas coletivas. A primeira pretendia excluir, no processo de divisão para a criação de novos estados, a necessidade de manifestação das Assembleias Legislativas. Ele preferiu a manutenção do texto aprovado pela Sistematização,

advertindo que a decisão final do plenário da Constituinte será política.

Um parecer idêntico — acolhimento pelo número de assinaturas e rejeição pelo conteúdo — foi dado à proposta que pretendia ampliar a isenção de impostos sobre patrimônio, a renda e os serviços de entidade sindicais patronais, científicas, de previdência privada e outras de natureza civil e caráter não lucrativo.

Foi acatada a emenda do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) que altera vários aspectos da implantação do sistema parlamentarista de governo, dando maiores poderes ao presidente da República. Cabral considerou a proposta "tecnicamente correta e politicamente abrangente". A criação do estado de Tapajós, com 280 assinaturas, foi acolhida tecnicamente pelo relator. Mas ele discordou do conteúdo por entender que a decisão cabe aos estados envolvidos através de um plebiscito.

Cabral acolheu a proposta de criação de um sistema de divisão distrital do País dando pesos federativos aos estados, territórios e Distrito Federal na eleição para presidente da República. Apesar de considerar a emenda boa, ressaltou que ainda não está definido o regime de governo no País. Aprovou também a emenda que prevê a realização de plebiscito nos estados de Goiás e Minas Gerais para possibilitar a criação dos estados de Tocantins e do Triângulo. Deu parecer favorável ainda à emenda coletiva que propõe a valorização dos membros do magistério público.

O relator rejeitou a proposta dando tratamento especial ao ensino particular, aprovou a garantia de apoio suplementar ao estudante em relação aos "aspectos indispensáveis a seu ingresso e permanência na escola" e também a participação de comunidades interessadas no controle da gestão financeira e patrimonial das universidades públicas.

Foi acatada a emenda que privilegia os investimentos industriais e a proteção das criações industriais, propriedade de marcas, nomes de empresas e outros signos distintivos. O relator aceitou ainda emenda alterando a sistemática tributária.

Apesar de não existir no projeto da Sistematização, o relator aprovou emenda sobre o esquema de bolsas de estudo e a previdência social (sem especificar o item tratado pelos autores da emenda coletiva). E deu voto contrário à proposta que mantém o sistema presidencialista de governo. A emenda, subscrita pelos senadores Humberto Lucena e Edison Lobão e pelos deputados Vivaldo Barbosa e Theodoro Mendes, foi rejeitada sob a justificativa de que tecnicamente é falha por não procurar emendar e alterar a parte relativa ao Poder Legislativo, ficando restrita apenas ao Poder Executivo.

A emenda do deputado Pedro Canedo (PFL-GO) foi acolhida pelo relator e propõe a criação de obstáculos para que os recursos públicos e o poder de mobilização da máquina administrativa não sejam utilizados em favor de familiares.

Na apresentação de seu trabalho, Bernardo Cabral ressaltou as limitações que teve, já que não pôde propor um substitutivo, como nas outras vezes, nem acatar parcialmente as emendas que considerasse boas. A maior dificuldade, para ele, foi o privilégio regimental absoluto, outorgado às emendas coletivas. E adiantou que mais árduo do que o seu trabalho será a votação no plenário, porque, "na impossibilidade de o relator apresentar subemendas ou substitutivo, decorre considerável risco de aprovação de emendas conflitantes e, como perigo maior ainda, o de se derrubar matéria constante do projeto sem a devida aprovação de emenda que a substitua integralmente". Se isso ocorrer, Cabral acredita que a futura Constituição surgirá com lacunas irremediáveis, frustrando as expectativas da população.

Daso convoca Centrão para 2ª

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão começa a avaliar na segunda-feira à tarde a estratégia do grupo em plenário. Para isso, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) já está convocando todos os integrantes do grupo para duas reuniões, uma com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e outra interna. O encarregado de promover a mobilização dos companheiros é o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA).

Segundo Eraldo, na segunda-feira o grupo analisará todas as emendas individuais destacadas pelos membros do Centrão para acertar quais deverão ter preferência de votação. Esse trabalho deverá durar dois dias. Na quarta-feira, quando começarem as votações, o grupo se reunirá pela manhã para uma definição de como se portar em plenário.

Com Ulysses o Centrão pretende se informar sobre o calendário de votação e a forma de realização da mesma. O grupo aproveitará a oportunidade para reclamar do programa diário da

Constituinte e da atuação do relator Bernardo Cabral. Roberto Jefferson (PTB-SP) disse ainda que o grupo pedirá a Ulysses que pare de anunciar que a Constituição precisa ser concluída com tanta urgência. Os trabalhos deverão realizar-se "dentro dos prazos normais", diz ele. "Sem exageros", que poderão reverter em prejuízos para a própria Constituinte. Jefferson condenou também a tentativa de instituir o sistema de votação nos fins de semana. "A princípio poderá agilizar — diz —, mas no segundo fim de semana o plenário estará vazio."

Ai dos vencedores

VICTOR FACCIÓN

Ao invés de querer transferir-las a outrem, o que é simplesmente impossível, é hora de o PMDB assumir as suas responsabilidades. Eis que estamos na undécima hora para ele se redimir, se é que ainda conseguirá fazê-lo, pois duvido que a opinião pública ainda possa perdoo-lo, tais as frustrações, a decepção, o descalabro, o caos e a desesperança que suscitou, notadamente com o calote eleitoral do Plano Cruzado. É que o PMDB logo aprendeu a gostar do bônus, mas a não querer assumir o ônus. A querer os cargos, mas renegando os encargos, e daí a Nação ficou à deriva. E à deriva ameaça seriamente sobocar.

As responsabilidades são como carga pesando no navio, e, diante da ameaça de naufrágio, o PMDB pensou ser possível jogá-la ao mar, como se, na chegada ao "porto", no dia das eleições, não houvesse a respectiva cobrança popular.

Quem diria que seria necessário o PMDB assumir o poder para que o Brasil batessse o recorde de inflação e o maior achatamento salarial da história de nosso país? Onde estão aqueles que na oposição cobravam pelo trabalhador brasileiro? Pela classe média, pelo micro, pequeno e médio empresário nacional?

Quem diria que seria necessário o PMDB assumir o poder para que fosse batido o recorde de inflação e da mais deslavada corrupção que destrói o moral nacional? A inflação, a recessão, a irresponsabilidade e a impunidade, comprometem, como nunca, todos os setores da vida política, econômica e social deste Brasil.

Na Roma antiga, os generais e imperadores diziam: "Ai dos vencidos! Pois deles faremos escravos e

deles tomaremos terras, casas, mulheres e filhos".

O PMDB pensa que, tendo vencido as eleições em todo o Brasil, poderia tomar de assalto a tudo e a todos neste país, sem que houvesse consequência alguma, desdobramento nenhum, passividade e submissão total de tudo e de todos?

Ocorre que os tempos mudaram, e agora não são mais os generais romanos que falam, mas o povo quem diz. Ai dos vencedores!... "Ai dos vencedores se não souberem corresponder às suas responsabilidades".

Antes da revolta popular, que já se esboça e prenuncia, as leis da economia e da sociologia provocadas deram sua resposta à incuria e irresponsabilidade do PMDB no governo, do PMDB no Congresso Nacional, do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, do PMDB nos governos de quase todos os Estados do Brasil, a começar pelo Rio Grande do Sul, e do PMDB nas Assembleias Legislativas, prefeituras e Câmaras Municipais. E, com a reação negativa na economia e na vida social do País, começa também a se esboçar a resposta do próprio povo brasileiro, a pedir um basta a tanto desperdício, a tanta incuria e incompetência, a tanta demagogia e irresponsabilidade.

Diante de tal situação, o PMDB está dividido entre os cinco anos para Sarney, com o adiamento até das eleições municipais, e os históricos que querem eleições já, mas rompendo antes com o governo. Comentando tal proposta de rompimento para enfrentar as eleições, uma das vozes mais prestigiadas do PMDB, o governador Alvaro Dias, do Paraná, todavia, observou que "a decisão do rompimento é mero oportunismo eleitoral".

Victor Faccioni é deputado federal pelo PDS do Rio Grande do Sul

Ulysses empenhado nos 5 anos

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, quer que o seu partido defenda um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. No encontro que manteve anteontem com o governador gaúcho, Pedro Simon, e com os integrantes do diretório regional do PMDB, Ulysses salientou que uma posição favorável do diretório regional aos cinco anos poderá levar os constituintes do Rio Grande do Sul por uma questão de coerência com as suas bases, a votarem a favor da emenda apresentada pelo deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que garante a permanência de Sarney por mais um ano na Presidência da República.

Embora seja um defensor ardoroso do prolongamento do mandato de Sarney, o governador gaúcho tem preferido não interferir na decisão dos parlamentares, deixando-os à vontade para agir de acordo com suas consciências. Como amigo pessoal de Pedro Simon, o presidente da Constituinte tentou fazer o governador mudar de idéia e se empenhar em convencer os parlamentares peemedebistas, no sentido de fecharem questão em torno dos cinco anos para Sarney. No entanto, Simon não deu a Ulysses nenhuma garantia de que partirá para uma ofensiva, em busca de votos para a tese dos cinco anos.

No encontro com integrantes do diretório regional do PMDB — que se reúne segunda-feira para definir sua posição sobre a duração do mandato de Sarney e, ainda, sobre o sistema de governo —, Ulysses argumentou que "seria uma desconsideração com Sarney definir o seu mandato em quatro anos". afirmou, ainda, que as "circunstâncias conjunturais" não contribuem para a realização de eleições gerais. Diante de interlocutores que têm uma posição bem definida a favor dos quatro anos, Ulysses Guimarães não foi claro nas argumentações em defesa dos cinco anos. "Ele poderia ter dito que os militares, ou os empresários, fazem pressão pelos cinco anos, mas não disse", comentou um deputado presente ao encontro.

Deputado confirma pressão de Álvaro

CURITIBA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Sérgio Spada (PMDB-PR) admitiu ontem, em Curitiba, que terá dificuldades para obter a concessão de uma emissora de rádio em Foz do Iguaçu (PR), se optar pelos quatro anos de mandato para o presidente Sarney. Spada, que espera pela rádio desde o ano passado, justifica por que assinou a emenda Iensen, pelos cinco anos: "O governador Alvaro Dias me disse que com isso eu estaria ajudando o Paraná".

Spada não tem dúvidas de que o Paraná "é privilegiado, tem recebido muita coisa do governo Federal, muito mais do que os estados em que os governadores apóiam os quatro anos". E revelou que, quando o governador lhe pediu para assinar a emenda Iensen, destacou não querer que a rádio saia antes da votação do mandato, explicando: "Eu tenho chances e as pessoas iriam vincular o voto à concessão". Mas admitiu que, se retirasse o apoio agora, as chances seriam maiores para os sete grupos concorrentes.

Sérgio Spada não decidiu se votará mesmo nos cinco anos. Mas encontrou uma fórmula de se sentir liberado do compromisso com Álvaro Dias, impondo algumas condições para votar na emenda Iensen. Na segunda-feira, ele entrega ao governador um documento — que pretende levar também ao presidente — no qual condiciona seu voto à queda da inflação, redução dos juros e que o governo Sarney continue a indicar ministros sem a pressão do PMDB.